

O uso do cachimbo já deixou a boca torta

PT desiste de pedir

a soltura de Lula e

lança chapa falsa

Werther Santana - Estadão



Fila por emprego reúne 6 mil em S. Paulo, apesar da chuva e frio

Uma multidão de 6 mil desempregados lotou o Vale do Anhangabaú, no centro de SP, no 2º mutirão de empregos feito pelo Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, na segunda-feira. Com uma taxa de desemprego de 17% na região metropolitana, a concentração começou na madrugada, sob chuva e frio, para pegar as senhas, distribuídas a partir das 7h. **P 5**

Fábio Rodrigues Pozzebom - ABR



HP NA INTERNET

No portal **HORA DO POVO** você tem acesso a todo o conteúdo do jornal impresso e muito mais. Acesse e confira:

www.horadopovo.org.br



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

O presidente não é o presidente, vice não é vice. PCdoB cai na roda

Dois dias depois de anunciar que iria desrespeitar a resolução do TSE que obrigava o registro das chapas até o dia 6, o PT enviou o nome de Lula e Haddad. Esperando a recusa do registro de Lula, que é inelegível pela Lei da Ficha Limpa, ficou a deputada Manuela d'Ávila, do PCdoB. Assim, o candidato é Haddad, mas é Lula; o vice é Haddad, mas é (talvez) Manuela. No mesmo dia, a defesa de Lula desistiu do pedido ao STF para soltar Lula, temendo a confirmação de sua inelegibilidade e o fim da encenação petista. **Página 3**

Corruptos escapam se improbidade prescrever com 5 anos, alerta Dodge

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmou que estabelecer prazo de prescrição para um condenado por improbidade administrativa ressarcir o dano causado aos cofres públicos “terá enorme impacto negativo”. “Este julgamento terá

enorme impacto negativo na defesa do patrimônio público, caso prevaleça a regra da prescrição”, disse a procuradora. O julgamento no STF foi suspenso na semana passada com a formação de maioria (6 votos a 2 dos 11 ministros) pelo estabelecimento do prazo. **Pág. 3**

Revolta contra corte das bolsas da Capes faz o governo recuar

Após manifestações de cientistas e estudantes, o governo Temer recuou do corte de R\$

580 milhões na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Pág. 4**

Dilma e Temer são 2 faces da mesma moeda, afirma Marina

Marina Silva foi confirmada como candidata da Rede Sustentabilidade à Presidência, e seu vice será Eduardo Jorge (PV). Para Marina, “a Dilma e o Temer são faces da mesma moeda. Todos eles têm um pacto: combater a Lava Jato. Não por acaso, quando o Aécio ia ser afastado, foi o PT que fez um documento pelo não afastamento [do Senado]”, ressaltou. **Página 3**

Marcelo Camargo - Fotos Públicas



Amanda



Candidato do Pátria Livre quer dobrar salário mínimo em 4 anos

João Goulart: “Precisamos de uma mudança radical no país”

Em Convenção Nacional, o Partido Pátria Livre (PPL) lançou no domingo o ex-deputado João Goulart Filho como candidato à Presidência, tendo como vice o professor da Univer-

sidade Católica de Brasília, Léo da Silva Alves. “Precisamos de uma mudança radical no país”, defendeu o filho de Jango. “Nossa proposta é elevar o poder de compra dos salários. A ideia é

dobrar o salário mínimo em quatro anos”, afirmou João Goulart, que condenou a política de beneficiar o rentismo em detrimento da produção e das necessidades da sociedade. **Página 3**

Ciro coloca Kátia Abreu como vice

O presidente do PDT, Carlos Lupi, informou no domingo que a candidata a vice-presidente de João Goulart será a atual senadora Kátia Abreu. Ela foi presi-

dente da bancada ruralista no Congresso Nacional. Notabilizou-se, no Senado, como defensora dos privilégios fiscais para o chamado agronegócio. **P 3**

Vice de Bolsonaro põe-se a zurrar

Para o vice de Bolsonaro (PSL), general da reserva Antonio Mourão, o problema do

país é que o Brasil herdou a “indolência” dos índios e a “ma-landragem” dos negros. **P 3**

Para Iedi, a desaceleração da indústria se agrava

Pág. 2



Senadora preferiu não se candidatar Marta rejeita ser vice de Henrique Meirelles e se desfilia do PMDB

A notícia de que a saída da senadora Marta Suplicy do PMDB deveu-se a problemas atmosféricos, circulou, desde ontem (sexta-feira, 3), pelos meios bem informados de Brasília, São Paulo e outras capitais.

Segundo disseram algumas fontes, Marta estava diante de um crucial impasse: ou se candidatava outra vez à senadora, com a perspectiva de aguentar, por pelo menos 45 dias, o tenebroso mau hálito do candidato do partido ao governo de São Paulo, um certo Skaf; ou aceitava a proposta de ser candidata a vice-presidente, tendo que suportar, nesse caso, o horripilante chulé do candidato a presidente pelo partido, Henrique Meirelles.

Entre a cruz e a caldeira – quer dizer, entre o chulé e o mau hálito – Marta preferiu sair do PMDB e não se candidatar a cargo algum, do que expor sua saúde física e mental a miasmas que, em ambos os casos, poderiam ser fatais para a elegante senadora.

Não conseguimos confirmar estas informações, embora, de acordo com pessoas que têm conhecimento de causa, elas tenham alguma verossimilhança.

Mas uma coisa é certa: o ambiente dentro do PMDB, realmente, exala tal fedor, que a senadora, conhecida por sua discreta preferência por perfumes galeses da melhor qualidade, não aguentou.

Imagine o leitor o que deve ser aguentar o cheiro do Jucá, do Temer, do Geddel (quando solto), do Cunha (idem), do irmão do Geddel, dos amigos do Cunha, do Padilha, do Moreira, do Renan, do Meirelles (caramba!), do Marun e de outros produtores de uma poderosíssima catanga.

Há três anos, quando saiu do PT e se filiou ao PMDB, dirigindo-se ao então presidente do partido, Michel Temer, disse Marta: “A gente quer um Brasil livre da corrupção. Michel, conte comigo para reunificar os sonhos, reunificar o país. Vamos todos unir o Brasil”.

Realmente, a senadora estava no lugar errado. Trocar o PT pelo PMDB, em termos de corrupção, é a chamada troca de seis por meia dúzia.

Porém, há mérito de Marta Suplicy em, ao reparar na companhia de quem estava, sair do PMDB, assim como saiu do PT.

Em resumo, ela, por duas vezes, não suportou estar no meio de quem somente pensa em roubar o erário, em roubar o povo.

Continue lendo o texto, inclusive a carta da senadora na íntegra, em www.horadopovo.org.br

PDT anuncia Kátia Abreu vice de Ciro

O presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Carlos Lupi, informou, no domingo, que a candidata a vice-presidente de Ciro Gomes será a atual senadora Kátia Abreu.

O anúncio à imprensa foi logo após a convenção do Partido Socialista Brasileiro (PSB) ter aprovado o acordo com o PT, que inviabilizou a tentativa de aliança tentada por Ciro (veja matéria ao lado).

Kátia Abreu foi presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Foi, também, presidente da bancada ruralista no Congresso Nacional. Notabilizou-se, no Senado, como defensora dos privilégios fiscais para o chamado agronegócio – e não apenas os fiscais: defendeu, também, a abolição das leis trabalhistas ambientais nas propriedades rurais (cf. entrevista à revista

“Veja”, edição 2.162, ano 43, nº 17).

Foi também autora, quando deputada, do projeto para liberar no Brasil as sementes estéreis (“terminator”) da Monsanto e outras multinacionais.

Certamente por esses predicados, foi nomeada para o Ministério da Agricultura por Dilma Rousseff, de quem se tornou uma das mais acirradas defensoras.

Kátia Abreu declarou à imprensa que aceitava ser vice de Ciro:

“Fui convidada na quinta-feira, mas ainda estávamos lutando até o último minuto por alianças. Quando me chamaram eu disse que seria uma honra, e que tudo o que puder fazer para somar, estou dentro”.

Ler mais em www.horadopovo.org.br, inclusive a Lava Jato investigando a senadora.

C. L.

PT põe Manuela D’Ávila no banco de reservas

Depois de Lula vetar Manuela d’Ávila (PCdoB) como vice-presidente na chapa petista, o PT fez uma nova proposta.

Lula seria anunciado como candidato a presidente, com um petista como candidato a vice-presidente.

Manuela desistiria de sua candidatura a presidente pelo PCdoB e também de sua candidatura a vice-presidente na chapa de Lula.

Se, depois, o registro de Lula, que é inelegível pela Lei da Ficha Limpa, não for aprovado pelo

Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Manuela poderia ser vice do novo candidato do PT.

Um dirigente do PCdoB declarou à imprensa que a ideia não agradava ao seu partido:

“É uma proposta sem pé nem cabeça. Não aceitamos retirar a candidatura [a presidente] para a Manuela ficar no banco de reservas”, disse esse dirigente. Mas outro dirigente disse que Manuela será vice do PT “em qualquer circunstância”.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Inelegível, Lula faz arrodeio e indica dois vices na chapa



Todos ficaram mascarados na convenção petista da chapa falsa Prazo de prescrição para devolver roubo ao Erário prejudica combate à corrupção, diz Raquel Dodge

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmou que estabelecer prazo de prescrição para um condenado por improbidade administrativa ressarcir o dano causado aos cofres públicos “terá enorme impacto negativo”. A procuradora defendeu a importância da “obrigação absoluta” de ressarcir o dano e recompor o patrimônio público sem que haja prazo de prescrição.

“A Constituição e a Lei 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa) afirmaram a imprescritibilidade da obrigação do condenado por improbidade administrativa em ressarcir o dano”, disse na segunda-feira (6).

Raquel Dodge se referiu ao julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) de uma reclamação que discute a fixação do prazo limite de cinco anos, a partir do descobrimento do fato, para que sejam abertas ações para cobrar o ressarcimento dos cofres públicos por desvios praticados em atos de improbidade administrativa.

O julgamento foi suspenso na semana passada com a formação de maioria (seis votos a dois dos 11 ministros) pelo estabelecimento do prazo.

“Este julgamento terá enorme impacto negativo na defesa do patrimônio público, caso prevaleça a regra da

prescrição, justamente em um momento em que a sociedade anseia por uma virada de paradigma na consolidação dos instrumentos de defesa do interesse público, da probidade e do efetivo combate à corrupção em nosso país”, disse a procuradora.

Para Raquel Dodge, o prazo de cinco anos para o ressarcimento do dano causado ao erário “enseja o enriquecimento ilícito em detrimento da administração pública”. “Quem se apropriou de algo que não lhe pertence, deve restitui-lo integralmente. O ordenamento jurídico brasileiro veda o chamado enriquecimento sem causa”, frisou.

Marina Silva: PT fez um documento para não afastar Aécio do Senado

Após ter sido confirmada como candidata da Rede Sustentabilidade à presidência da República, a ex-senadora Marina Silva afirmou que tem muita articulação para inviabilizar a Operação Lava Jato. “Tem muita articulação política, inclusive nesse momento no campo do centrão, para inviabilizar a Lava Jato”, disse.

O partido aprovou a candidatura no sábado (4), por aclamação. A Rede também confirmou Eduardo Jorge (PV) como candidato a vice na chapa. Em entrevista publicada domingo (5) no jornal “O Globo”, Marina denunciou que

algumas legendas que terá como adversárias querem acabar com a Lava Jato. “Todos eles têm um pacto, combater a Lava Jato”, afirmou.

Ela também afastou a ideia de que a investigação seja conduzida com pirotecnia. “O Moro é um estudioso da Operação Mãos Limpas, e o bom dos seres humanos inteligentes e competentes é que eles são capazes de aprender com as experiências pretéritas”, destacou.

A ex-senadora sustentou que nunca houve desvios em suas campanhas, que depois das apurações da Polícia Federal e do Ministério Público “não teria votado” no senador

Aécio Neves (PSDB), que, na última eleição presidencial, disputou o segundo turno com Dilma Rousseff (PT), além de reafirmar que a ex-presidente cometeu crime de responsabilidade e, por isso, apoiou o impeachment.

“Eu sempre disse: o impeachment tem legalidade mas não alcançará a finalidade. A Dilma e o Temer são faces da mesma moeda. Todos eles têm um pacto: combater a Lava Jato. Não por acaso, quando o Aécio ia ser afastado, foi o PT que fez um documento pelo não afastamento [do Senado]”, ressaltou. *Ler mais em www.horadopovo.org.br*

Vice de Bolsonaro menospreza o povo brasileiro

Em seu primeiro evento como candidato a vice de Jair Bolsonaro (PSL), o general da reserva Antonio Hamilton Mourão (PRTB) deu mostras de que não vai ficar atrás do cabeça da chapa no que diz respeito a declarações desastradas.

Ao participar de almoço na Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul, na segunda-feira (6), o general afirmou que o Brasil herdou a

“indolência” dos índios e a “malandragem” dos negros. Mourão ainda frisou que os brasileiros gostam de “mártires, líderes populistas”.

“Temos uma certa herança da indolência, que vem da cultura indígena. Eu sou indígena. Meu pai é amazonense. E a malandragem, Edson Rosa (vereador negro presente na mesa), nada contra, mas a malandragem é oriunda do africano. Então,

esse é o nosso cadinho cultural. Infelizmente gostamos de mártires, líderes populistas”, disparou.

A declaração do vice de Bolsonaro teria sido num esforço para tentar explicar as condições de subdesenvolvimento e conflitos políticos e sociais da América Latina. Segundo o site da revista “Veja”, o general chamou a região, inclusive, de “condomínio de países periféricos”.

PPL escolhe João Goulart para o país voltar a crescer

Divulgação/PPL

Em Convenção Nacional, o Partido Pátria Livre (PPL) lançou no domingo o ex-deputado João Goulart Filho como candidato à Presidência da República. Compõe a chapa como candidato a vice o professor da Universidade Católica de Brasília, Léo da Silva Alves.

“Precisamos de uma mudança radical no país”, defendeu o filho de Jango. Segundo Goulart Filho, sua principal proposta é enfrentar a crise que está atormentando a vida dos brasileiros. Na opinião dele, esta crise foi provocada pela insistência dos últimos governos em aplicar uma política neoliberal que concentra violentamente a renda no rentismo em detrimento da produção e das necessidades da sociedade. “Nossa



proposta é elevar o poder de compra dos salários. A ideia é dobrar o salário mínimo em quatro anos”, afirmou João Goulart.

Goulart defendeu a retomada do nacionalismo e do desenvolvimentismo. “Nós tivemos um processo interrompido em 1964 em que as propostas tanto do trabalhismo como do nacionalismo brasileiro vinham sendo desenvolvidas.

Nós estamos resgatando esse processo e temos a obrigação de resgatar a proposta daquele momento”, disse. “Precisamos enfrentar o desemprego que assola 13 milhões de pessoas e, se computarmos os subempregados, esse número chega a 27 milhões de pessoas. Nosso plano é criar 20 milhões de empregos em quatro anos”, destacou o candidato.

Continue lendo em www.horadopovo.org.br

Lula vai mesmo na chapa apenas para constar

Os candidatos a presidente – e aos demais cargos em disputa – nas próximas eleições, estão lançados. Nesta edição, procuramos fornecer um panorama, ainda que sintético, das decisões mais importantes tomadas pelos partidos.

Debaixo da pior lei eleitoral da história da República, que substitui as propinas com que certos partidos inflavam campanhas, e falsificavam eleições, por recursos públicos desviados da Educação, Saúde, etc., o povo brasileiro irá votar no dia sete de outubro.

Esta lei eleitoral – um remendo na lei de 1997 – é a catadura de uma oligarquia política em avançado estado de putrefação.

Qual a lógica de conceder quase 40% do infame “fundo eleitoral” - **R\$ 623 milhões, 345 mil e 472 reais** - a três partidos, ao PT, PMDB e PSDB, tirando esse dinheiro do atendimento ao povo?

Qual a lógica de dividir o tempo de campanha, nas TVs e rádios, de uma forma que faz dele um monopólio privado desses mesmos partidos?

A lógica é permitir que as organizações criminosas que se locupletaram com o assalto ao dinheiro público e à propriedade pública – sobretudo à Petrobrás e aos fundos de pensão das estatais – continuem se locupletando com os recursos que pertencem ao povo brasileiro.

Esse remendo na lei, instituindo um “fundo eleitoral” para substituir as propinas – isto é, “legalizando” o assalto do PT, PMDB, PSDB, e seus satélites, ao Erário – foi concebido pelo PT, sob a inspiração (?) direta de Lula, que declarou, em julho de 2017: “*Se os políticos não tiverem coragem de mudar a legislação eleitoral para criar um fundo de financiamento de campanha, para que não fique mais dependendo de empresário, o Brasil não vai ter jeito*”.

Poucas vezes se defendeu tanta indecência com tanto descaramento. Como se o PT tivesse recebido propinas porque faltava um fundo eleitoral – e não porque são ladrões os que receberam essas propinas!

Tão cínica quanto, é a solução: substituir recursos públicos roubados – inviáveis após a deflagração da Operação Lava Jato – por recursos públicos “legalizados” em um fundo (v. a primeira versão do fundo em HP 21/06/2017, [Partidos corruptos querem que o Erário financie suas eleições](#)).

O PT é essa farsa itinerante, que chama de coragem a falta de vergonha. Assim, também, é a chapa que anunciou na segunda-feira: o candidato é Lula, aquele que tinha “prioridade absoluta”, mas o candidato real é Fernando Haddad.

O candidato a vice é Haddad, mas a candidata a vice real é a constrangida (com razão) deputada Manuela d’Ávila, do PCdoB – se o PT não lhe aplicar outra rasteira, o que, aliás, é uma covardia com a Manu (v. [PT propõe à Manuela ser vice do vice](#)).

O PT prometeu peitar a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que determinava a apresentação da chapa completa até o dia 6 (24 h após o término de prazo para as decisões partidárias). Saindo da cela de Lula, na PF de Curitiba, a presidente nacional da sigla, Gleisi Hoffmann, disse, literalmente, que seu partido ia esperar até o dia 14 para apresentar um candidato a vice-presidente.

Dois dias depois, o PT desistiu da bravata e resolveu apresentar Haddad como candidato a presidente... não, alto lá! O candidato é Lula. Haddad é só o vice...

O negócio é uma farsa tal, que Gleisi Hoffmann comunicou o seguinte:

“*Discutimos uma estratégia de participação em que, até a regularização da situação judicial de Lula, a vocalização*

da campanha do presidente Lula seria feita através de um companheiro do PT”.

Então, agora sabemos que o Haddad foi escolhido por ser o melhor boneco de ventríloquo do Lula.

Então, o candidato de verdade é tão falso quanto o candidato de mentira.

Haddad foi escolhido por ser um zero à esquerda, do ponto de vista político – não ocupa lugar algum, muito menos aquele que Lula acha que é seu.

Já Lula, como todo mundo sabe, está condenado, por receber propina, a 12 anos e um mês de cadeia – e está cumprindo sua pena. Como lembramos – e outros também já o fizeram – mesmo que estivesse solto, seria inelegível, pois a Lei da Ficha Limpa proíbe a candidatura de criminosos que tenham sido condenados por “órgãos colegiados” - ou seja, em segunda instância, o que é, precisamente, o caso de Lula, condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), órgão colegiado de segunda instância.

Portanto, Lula não pode ser candidato nas próximas eleições.

O PT sabe disso, Lula sabe disso. Tanto sabem que, na segunda-feira, a defesa de Lula requereu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a desistência de seu pedido de “efeito suspensivo” em um recurso extraordinário, que é como se chamam os recursos ao STF (v. [‘Lula lesou Petrobrás para manter esquema de cartel e corrupção’](#)).

O “efeito suspensivo” (a suspensão da pena de Lula), como apontamos, é ilegal. Mas, desde quando a defesa de Lula desistiu de um recurso porque ele era ilegal ou incabível?

Entretanto, dessa vez, a defesa de Lula pediu desistência de seu próprio recurso.

Por quê?

Porque o ministro Luiz Edson Fachin perguntou aos advogados de Lula se eles queriam discutir a inelegibilidade de seu cliente no âmbito do STF.

A questão fora levantada pelos próprios advogados: talvez por incompetência, ao argumentar contra a decisão de Fachin, que negou o “recurso extraordinário”, os advogados frisaram que sua concessão era urgente por causa dos “direitos políticos indevidamente cerceados, o que, em vista do processo eleitoral em curso, mostra-se gravíssimo e irreversível”.

Assim, Fachin enviou o recurso de Lula para o plenário do STF, responsável por apreciar questões referentes a direitos políticos – e o recurso seria apreciado nesta semana.

Porém, os advogados recorreram também contra o envio do recurso ao plenário do STF – queriam que o julgamento fosse na segunda turma, onde Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli, o trio peto-tucano, têm maioria.

Foi nessa altura dos acontecimentos que o ministro Fachin pediu aos advogados de Lula que esclarecessem o que queriam que o STF discutisse.

A resposta foi a desistência da ação. Nela, dizem os advogados de Lula que nunca pretenderam discutir a elegibilidade ou não de Lula...

Naturalmente, a desistência é uma forma de impedir o STF de discutir a questão. Porque Lula sabe perfeitamente qual seria a decisão do Supremo – a Lei da Ficha Limpa, depois de ser aprovada nas duas casas do Congresso por unanimidade, e depois de assinada pelo próprio Lula, foi julgada constitucional, pelo STF, depois de longa discussão, em fevereiro de 2012.

Lula e o PT, portanto, preferem encenar uma pantomina, com um candidato que não é candidato e com outro candidato que não é nada (ou, segundo a presidente do PT, é um “vocalizador” de Lula).

A decisão do STF impediria a continuação dessa presepada.

CARLOS LOPES

Lava Jato denuncia Paulo Preto e outros 32 por roubo no Rodoanel

Tucano é acusado pelo MPF de fraudar licitações e participar de formação de cartel em obras do trecho sul do Rodoanel entre 2004 e 2015, enquanto foi diretor da Dersa, que cuida das rodovias do estado

O ex-diretor da Empresa de Estradas de São Paulo - Dersa, Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto, foi denunciado pela segunda vez nesta sexta-feira (3) pela força-tarefa da Lava Jato em São Paulo.

Na nova denúncia, Paulo Preto é acusado pelo Ministério Público Federal de ter fraudado licitações e participado de formação de cartel em obras do trecho sul do Rodoanel e do Sistema Viário Metropolitano de São Paulo entre 2004 e 2015, enquanto foi diretor da estatal que cuida das rodovias do estado.

Após as denúncias do esquema de corrupção do Rodoanel, Paulo Preto foi apontado como um dos operadores de propinas do PSDB em São Paulo. Além de Paulo Preto, 32 pessoas também foram denunciadas pela Procuradoria, sendo que 24 delas por ambos os crimes e oito apenas pelo crime de formação de cartel.

A principal base para a nova denúncia do MPF tem como base os dois acordos de leniência da Odebrecht com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), quando oito executivos da empreiteira delataram o caso em 2017. Também foi citado como prova, o acordo da construtora Carioca, homologado na Justiça Federal de São Paulo e os depoimentos de dois executivos de outra construtora, a Queiroz Galvão.

Dentre os acusados por formação de cartel, está o ex-presidente da Dersa e atual Secretário de Aviação Civil do Ministério dos Transportes, Dario Rais Lopes. Ainda foram denunciados o diretor-geral da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), Mario Rodrigues Júnior, que foi diretor de Engenharia na Dersa entre 2003 e 2007, e Marcelo Cardinale Branco, ex-presidente da Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo.

Executivos das empreiteiras OAS, Camargo Correa, Constran, Construbase, Andrade Gutierrez, Galvão Engenharia, CR Almeida, Delta, Encalso, Paulitec e EIT também foram alvo dos procuradores da Lava Jato.

De acordo com a denúncia, o esquema de cartel foi dividido em seis fases e começou a ser organizado em 2004 para participar das licitações das obras. No ano seguinte, quando o suposto esquema corria riscos, a Odebrecht apresentou às construtoras, em quadro, a diferença de preços da obra em caso de “amor” e de “briga”.

No amor, por exemplo, o lote

Paulo Câmara é oficializado à reeleição em Pernambuco

A coligação “Frente Popular de Pernambuco” oficializou, neste domingo (5), a candidatura do atual governador Paulo Câmara (PSB) à reeleição, nas Eleições 2018.

Além do PSB, outros 11 partidos compõem a chapa: SD, PPL, PMN, PSD, PR, PP, PCdoB, PT, MDB, Patriota e PRP.

“Pernambuco não pode voltar para trás. Não podemos deixar essa turma de Temer querer mandar em Pernambuco, a gente não vai deixar”, afirmou no discurso. “Tem que saber muito bem de que lado a gente está, quem está do lado dele. Quem está do lado do povo e quem está do lado de Temer. Quem está do lado do bem”.

O prefeito de Recife, Geraldo Julio (PSB) destacou a ação do governo peessebista no estado. “Nos últimos anos

1 do Rodoanel foi avaliado pela Odebrecht em R\$ 496 milhões. Já numa briga, em R\$ 448 milhões.

“A diferença de preços caso a licitação fosse legítima e não fruto do ajuste dos conluiados, variava, nas propostas comerciais da Odebrecht, entre aproximadamente 50 a 100 milhões de reais por lote. Isso demonstra a gravidade da conduta e a magnitude dos danos não apenas aos demais concorrentes do mercado, mas ao erário, ou, em último sentido, a toda sociedade”, diz a denúncia.

O texto usa depoimentos de delatores que afirmam que, ao virar diretor da Dersa em 2007, Paulo Preto se reunia com dirigentes das empresas e distribuía previamente obras do sistema viário. Dois deles afirmaram que o ex-diretor chegou a dizer: “O mercado é um problema. Eu o administro. Eu tomo conta do mercado.”

O Ministério Público Federal solicitou que o processo fosse distribuído à 5ª Vara Federal Criminal de São Paulo, onde tramita o processo anterior contra Paulo Preto. As apurações sobre suspeitas de corrupção e lavagem de dinheiro continuam em andamento.

Paulo Vieira de Souza, conhecido como o operador de propinas do PSDB, já é réu sob acusação de ter desviado R\$ 7,7 milhões entre 2009 e 2011 das obras do Rodoanel Sul, construído durante os governos dos tucanos José Serra, Alberto Goldman e Geraldo Alckmin. De acordo com a Procuradoria, nesse caso ele havia cometido crimes de peculato, formação de quadrilha e inserção de dados falsos em sistema público de informação.

LOURENÇO

Paulo Preto não é o único tucano acusado por corrupção no Rodoanel. No mês passado, o ex-presidente da empresa e ex-secretário de Transportes e Logística do governo de Geraldo Alckmin, Laurence Casagrande Lourenço, foi preso.

Ele é acusado por corrupção, organização criminosa, fraude à licitação, crime contra a ordem econômica e desvio de verbas públicas, em conluio de agentes públicos e empresários durante as obras do Rodoanel Viário Mário Covas – Trecho Norte.

Os investigadores afirmam que o “TCU constatou superfaturamento na casa dos R\$ 33 milhões e manipulação proposital de quantitativos nos contratos, que acabaram por ocultar impacto financeiro consistente em acréscimos indevidos que somam mais de R\$ 600 milhões”.

cumpriu a difícil missão de suceder ninguém menos do que Eduardo Campos, durante a maior e mais dura crise da história deste país. Pernambuco está de pé. Pernambuco está avançando. Pernambuco vai continuar em frente, com Paulo Câmara governador”.

PT e PSB romperam no Recife antes das eleições de 2012, mas nessa eleição os peessebistas aceitaram coligar em Pernambuco e Paulo Câmara defendeu Lula na convenção. Durante sua fala, Câmara prestou solidariedade a Lula e defendeu a liberdade do petista, que cumpre pena em Curitiba após condenação no caso do triplex. A atual deputada federal Luciana Santos (PCdoB) foi apresentada como vice na chapa. A coligação tem como candidatos a senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) e Humberto Costa (PT).



Candidato à reeleição em Pernambuco, Paulo Câmara (PSB)



Transporte da bauxita feita pela mineradora de Paragominas para Barcarena



Manifestantes bloquearam a via na Avenida Paulista na sexta-feira 3

Cientistas protestam contra ameaça de cortes nas bolsas da Capes por Temer

O final de semana foi marcado por protestos contra os cortes de bolsas para o desenvolvimento de pesquisas científicas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Em São Paulo e no Rio de Janeiro centenas de cientistas e estudantes realizaram manifestações na noite de sexta-feira (3), após a Capes divulgar nota sobre como os cortes prometidos pelo governo federal atacariam a produção da pesquisa científica no país. Na capital paulista os manifestantes bloquearam a Avenida Paulista no sentido Consolação, na altura do Museu de Arte de São Paulo (MASP), no Rio o protesto aconteceu na Cinelândia, em frente à Câmara Municipal.

No domingo, também na Avenida Paulista, o movimento Cientistas Engajados, a Associação de Pós Graduados da USP, a Associação de Pós Graduados PROLAM e o DCE Livre USP, realizaram ato contra os cortes.

A Capes, uma das principais entidades que fomenta pesquisas em nível de pós-graduação no Brasil, corre o risco de sofrer um corte de pelo menos R\$ 580 milhões no orçamento de 2019.

O Conselho Superior da Capes publicou uma nota na quinta-feira alertando

sobre o risco de paralisação nas atividades e pedindo ao governo federal que impeça a redução das verbas.

Ao todo, a instituição estima que 200 mil bolsas podem ser suspensas a partir de agosto de 2019, entre as quais, 93 mil de pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado) e outras 105 mil de programas de formação de professores da rede básica de educação.

A nota, assinada pelo presidente da Capes, Abílio Baeta Neves, e endereçada ao ministro da Educação, Rossieli Soares da Silva, foi resultado de uma reunião realizada nessa quarta-feira (1º) pelo conselho superior da Capes para discutir seu orçamento para o próximo ano. O conselho é formado por representantes da Coordenadoria e de outros órgãos da sociedade civil relacionados à pesquisa científica.

Segundo a entidade, o corte é consequência da proposta orçamentária do governo de Michel Temer (PMDB) para o ano que vem. O PLOA 2019 (Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019) ainda não foi divulgado oficialmente pelo governo federal. O prazo para envio ao Congresso termina em 31 de agosto.

Para o presidente da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Moreira, isso demonstra a gravidade do problema.

“A situação está tão crítica que as próprias pessoas que têm cargo importante no governo estão colocando a sua opinião, que pode até implicar em riscos de sobrevivência nos seus cargos”, disse ele.

Moreira também afirma que os cortes causarão danos irreversíveis tanto à ciência quanto ao desenvolvimento do país. Segundo ele, a interrupção de projetos causa perda dos recursos investidos, gera fuga de cérebros e escassez de cientistas qualificados, com impactos de longo prazo para diversos setores, da saúde à economia.

Para Mariana Moura, do movimento Cientistas Engajados, “a CAPES é a maior financiadora individual da pesquisa do Brasil. Dos 266 mil matriculados nos mestrado e doutorado em 2016, a agência financiava 100 mil. Para você ter uma ideia da importância disso, mais de 90% das publicações científicas tem um pós graduando assinando”.

Ela explicou que “o governo recuou na sexta-feira depois da grande mobilização da comunidade acadêmica mas foi só na palavra, e sabemos que esse governo não tem palavra. Temos que manter a mobilização até o dia 14, data limite para a sanção da Lei Orçamentária”.

Movimento Negro celebra 92 anos do Professor Eduardo de Oliveira

O movimento negro brasileiro comemora nesta segunda-feira, seis de agosto, o aniversário de um dos seus mais longevos e ilustres militantes, o professor Eduardo de Oliveira. Sem nunca perder a crença de que ainda poderemos viver uma sociedade livre do racismo, o autor do Hino à Negritude deixou contribuições importantes como poeta, jornalista, escritor, primeiro vereador negro da cidade de São Paulo, fundador do Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB). Neste seis de agosto, o professor Eduardo completaria 92 anos.

“Relembramos com muita alegria o dia do nascimento daquele homem que dedicou a sua vida a lutar pelos direitos de uma comunidade que a custo de sofrer atos de desumanidades, vis destratos e atos de tortura; construiu uma nação: edificaram prédios, galpões, ruas, calçamentos, casarões, igrejas, vias férreas, prédios escolares, teatros, portos, etc. unificou num país de dimensões continentais a língua portuguesa. Construiu a maior e mais rica cultura



Eduardo completaria 92 anos no dia 6 de agosto

já produzida por um povo. Produziu a melhor culinária apreciada por todos os países, pois criou e diversificou pratos tradicionalmente conhecidos”, afirmou a diretoria do CNAB, em nota.

A entidade lembrou que o professor Eduardo “cantou em versos e prosas os feitos heróicos desta comunidade tão preciosa na constituição da nação brasileira e ao mesmo tempo tão depreciada, humilhada, segregada. Ele mapeou desde o descobrimento do Brasil 580 personalidades negras que ao longo dos anos foram nomeando

praças, ruas, pontes, salas de cultura, sem que a história lhes fosse justa ao mostrar ao público a realidade de sua raça”.

Enalteceu com o “Hino a Negritude” a natural convicção de luta por um Brasil com futuro melhor o pensamento, vigor, e amor da comunidade afro-brasileira.

“Estamos neste seis de agosto nos relembrando do amor, da certeza da vitória, da garra, do sorriso, da simpatia, da determinação e jovialidade do nosso eterno presidente fundador do CNAB”, concluiu a entidade.



Banqueiro foi preso na Operação Hashtag, mais um desdobramento da Lava Jato-RJ

Ex-presidente do BTG Pactual é preso no Rio

Eduardo Plass lavava propina de Cabral

Em nova etapa deflagrada da Lava Jato, a Polícia Federal e o Ministério Público prenderam o banqueiro Eduardo Plass e duas sócias minoritárias por lavagem de mais de R\$ 90 milhões envolvendo joalheria de luxo. O esquema envolvia bens do ex-governador do Rio, Sérgio Cabral.

A operação Hashtag tinha como propósito sair as ruas para cumprir quatro mandatos de busca e apreensão e a prisão de Eduardo Plass e mais duas sócias minoritárias. Eduardo foi presidente do Banco Pactual e é sócio majoritário do TAG Bank, no Panamá, e da gestora de recursos OPUS, todas citadas em esquemas da Lava Jato anteriormente.

As sócias minoritárias da gestora Opus Maria Kós e Priscila Iglesias conseguiram habeas corpus e deixaram a prisão no Rio de Janeiro ontem à noite. As executivas permanecerão em prisão domiciliar.

O esquema consistia no recebimento de dinheiro em espécie dos diretores administrativos da joalheria H.Stern, e posteriormente, transferência no exterior de valores de uma conta sob o controle de Plass para uma empresa offshore (empresa e contas bancárias em territórios onde há menor tributação para fins geralmente ilícitos) de fachada, que ainda, transferia os valores para outra empresa offshore de fachada e por fim, transferia os valores para a empresa holding do grupo da joalheria.

Para dar aparência de legalidade às transações, a equipe de Plass assinava contratos fictícios de empréstimos com os diretores da H.Stern, muitos deles com datas retroativas falsas, forjados como se fossem empréstimos.

“Plass pagava os valores que a joalheria recebia em espécie, tanto da organização criminosa do Cabral quanto de outras compras feitas também em espécie, sem nota fiscal”, afirmou o procurador da república, Almir Teubl Sanches.

Segundo a Lava Jato, o banqueiro já havia sido conduzido coercitivamente, quando foi deflagrada a Operação Eficiência, onde apurou a ocultação de mais de U\$ 100 milhões de Sérgio Cabral no exterior.

Romário ironiza adversários: ‘Não quero a experiência que eles têm. Muitos estão presos’

O senador Romário (Podemos) oficializou neste sábado sua candidatura ao governo do Rio de Janeiro fazendo ataques aos principais adversários e se defendendo das acusações de ocultação do patrimônio.

Sem citar nominalmente os demais candidatos, ele afirmou que a principal crise do Estado “é moral”.

“Eu não sou o mais inteligente. Para muitos eu não sou o mais capacitado. Não sou o mais experiente. Nem quero ter essa experiência que eles têm. Têm muitos presos e tem uns que estão para ser daqui a pouco”, afirmou ele, na convenção regional do Podemos-RJ, na zona norte da capital.

Estão na disputa o ex-governador Anthony Garotinho (PRP) e o ex-prefeito Eduardo Paes (DEM), cujo ex-aliado Sérgio Cabral (PMDB) foi condenado a 123 anos de prisão.

Segundo Romário, o motivo de decidir se candidatar ao governo do Estado é o não cumprimento dos compromissos firmados por seus adversários. Desde 2010, Romário já apoiou as eleições do ex-prefeito Eduardo Paes (ex-PMDB e atualmente DEM), adversário na disputa, do atual governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) e do prefeito Marcelo Crivella (PRB). “Por não terem feito nada do que se comprometeram comigo, eu cheguei à conclusão de que eu vou fazer”, disse Romário.

“O plano deles é botar Paes para soltar Cabral”, afirmou Garotinho durante convenção

O ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (PRP), oficializou neste domingo (05) sua candidatura ao governo estadual. Ele criticou o adversário Eduardo Paes, que saiu do PMDB e migrou para o DEM, e a sua coligação. Segundo Garotinho, “o plano deles todo mundo já sabe, é botar o Eduardo Paes para soltar o Cabral” [em referência ao ex-governador e chefe da quadrilha, Sérgio Cabral, condenado a 123 anos de prisão].

“Vamos lutar contra o dinheiro que eles tiraram das escolas, hospitais e dos funcionários públicos humilhados com salários atrasados”, afirmou o ex-governador, em referência à aliança de Paes.

Ele prometeu que vai reativar novamente o setor produtivo do Estado, com ênfase nos setores naval, metalúrgico e do turismo, mas que também quer mudar a relação com a Petrobras, sem explicar o que pretende propor.

“Vamos trabalhar para reestruturar todo o setor produtivo do Estado, com incentivos fiscais que gerem emprego, como eu fiz (quando era governador) no setor naval e metalúrgico, na CSA. Hoje há uma geração que, se não for qualificada, daqui a pouco vai existir vaga de emprego e não vai existir gente para ocupar”, afirmou em seu discurso na convenção.

Garotinho negou que esteja inelegível, mesmo sofrendo três processos na justiça e disse que “não há risco para a minha candidatura”.



Multidão no Vale do Anhangabaú Desempregados lotam o Centro de São Paulo em busca de vagas

Com uma taxa de desemprego de 17% na região metropolitana de São Paulo, o 2º mutirão de empregos feito pelo Sindicato dos Comerciantes de São Paulo reuniu 6 mil desempregados que lotaram o Vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo, na segunda-feira (6). Também participam da iniciativa o Sindicato dos Padeiros e a União Geral dos Trabalhadores (UGT). Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pela Fundação Seade e Dieese, o desemprego atingiu 1.883 milhão de pessoas na região metropolitana de São Paulo em junho.

Entre as vagas oferecidas estavam motorista, vendedor, operador de telemarketing, caixa, auxiliar de cozinha, padeiro, confeitiro e analista de sistemas, além de seleções de vagas para gerências. Segundo os organizadores do mutirão de emprego, o salário médio oferecido é de R\$1.300. Os salários podem chegar até 6 mil reais dependendo da qualificação.

Jéferson, desempregado há um ano e dois meses, chegou à fila às dez horas da manhã do dia anterior, embaixo de chuva, em busca de uma oportunidade de emprego. “Estamos na luta. Foi cansativo, sofri com frio e chuva, mas estamos aí procurando emprego, poxa.”, diz o candidato.

Segundo o IBGE (Pnad Contínua) temos hoje no país cerca de 13 milhões de desempregados, onde muitos saem de suas cidades para São Paulo acreditando que terão mais oportunidades de emprego.

É o caso de Claydison, de Chapecó (SC), desempregado a aproximadamente 4 anos, que disse em entrevista ao Bom dia SP da Rede Globo, ter saído de sua cidade em busca de oportunidades que não encontrou em sua cidade natal “Eu vim para São Paulo porque aqui tem mais oportunidade de emprego nessa época do que na minha cidade.”

Mais da metade da força produtiva brasileira (62%) desistiu de procurar emprego, alcançando a assombrosa marca de 65,6 milhões de trabalhadores. Os que resistem e continuam a procura acabam enfrentando situações desumanas para conseguir uma recolocação no mercado de trabalho “Eu cheguei aqui sábado passado (3) às 7 horas da manhã. Passei o sábado inteiro, a noite, domingo o dia inteiro e a noite em busca de um emprego.”, diz Claydison.

A concentração começou pela madrugada, sob chuva e frio, para pegar as senhas que só começaram a ser distribuídas às 7h da manhã de segunda.



Metalúrgicos da Valtra param e conquistam acordo

Trabalhadores da fábrica de tratores Valtra encerraram greve pelo pagamento do acordo de Participação de resultados, na segunda (6). A paralisação foi aprovada em assembleia na terça-feira (31) e começou na manhã seguinte, durante três dias.

Os metalúrgicos esperavam o pagamento integral do acordo de Participação nos resultados no valor de R\$ 2.750, porém a empresa depositou apenas R\$ 1.732,50. Com a mediação do Tribunal Regional do Trabalho, em audiência na sexta-feira (3), trabalhadores e empresa acordaram o pagamento de mais R\$ 509 sobre a primeira parcela, totalizando R\$ 2.241,50. A diferença ficou para a se-

gunda parcela, a ser paga em fevereiro.

As negociações foram acompanhadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Mogi das Cruzes. O secretário geral da entidade, Jorge Carlos de Moraes (Arakém) disse que “o que fica desta luta, o mais importante, não é o valor do que vai ser pago, mas o respeito que a empresa deve ter por vocês (trabalhadores)”.

“A reforma trabalhista veio pra dizer que não existem mais direitos trabalhistas e desmoralizar os trabalhadores, mas vamos continuar mostrando que a luta vai fazer valer os direitos”, disse o presidente do sindicato Miguel Torres.

Entrega da Embraer à Boeing é rechaçada por sindicatos e especialistas na Câmara



Sindicalista denunciou que as demissões já começaram no setor



Dados foram divulgados pelo CDLRio e Fecomércio-RJ

Cenário desolador no centro do Rio: 250 lojas fechadas entre janeiro e maio de 2018

Cerca de 250 estabelecimentos comerciais fecharam as portas no Centro do Rio, só entre janeiro a maio deste ano, segundo dados do Centro de Estudos do Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDLRio). Para a Fecomércio-RJ, foram 241 em 2018.

No entorno da Praça Tiradentes, na Rua Sete de Setembro, 23 lojas estão com as portas cerradas. O mesmo também se vê nas ruas do Ouvidor, da Assembleia e da Quitanda. Na região do Saara, que concentra o comércio popular do Rio, várias lojas encerraram suas atividades.

O cenário é o que já apontavam estudos das mesmas entidades sobre o comércio em todo o estado, no levantamento do ano passado, onde 21 mil lojas fecharam as portas. Uma alta de 26,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Só na capital fluminense, 9,1 mil lojas declararam falência de janeiro a dezembro de 2017, um aumento de 31,7% em relação ao mesmo período de 2016. Os estudos apontam que a queda das vendas, o aumento da violência e um número cada vez maior de trabalhadores desempregados em todo o estado foram

as causas.

Segundo a pesquisa, 1.084 lojas fecharam suas portas em dezembro só na capital, o que representa um aumento de 44,1% em comparação com o mesmo mês de 2016. Já no estado, 2.491 fecharam lojas no último mês do ano, um aumento de 43,2%.

Entre 2015 e 2017 foram fechados mais de 500 mil postos de trabalho formais em todo o estado, o que influenciou a queda das vendas. Com essa queda no trabalho formal, o comércio ambulante aumentou significativamente.

Trabalhadores dos Correios em estado de greve

Os trabalhadores dos correios realizam nesta terça-feira, 7, assembleias em todos os estados para decidir se aprovam a greve – prevista para ser iniciada às 22h do mesmo dia caso a proposta de reajuste oferecida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) não melhore.

Atualmente, a proposta da direção dos Correios se mantém inalterada desde o começo das negociações, no início de julho: reajuste equivalente a 60% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), além da manutenção de medidas que não agradaram os trabalhadores, como a extinção do cargo de Operação de Triagem e Transbordo (OTT - responsável no dia a dia em fazer a seleção dos itens que são enviados), excessivo aumento da contribuição ao POSTALIS (o siste-

ma de previdência dos Correios), implantação da Distribuição Domiciliária Alternada (DDA), entre outras ações.

Ambas as Federações de trabalhadores da ECT tem assembleias marcadas para esta terça, e estão em estado de greve por considerar que não obter sequer a reposição da inflação é uma afronta. O presidente do Sindicato do Rio de Janeiro e secretário-geral da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (Findect), Ronaldo Martins, declarou que “faz parte da política deste governo entreguista que visa arrochar o salário da categoria, sucatear os Correios, com vistas a entregá-lo a iniciativa privada. Mas, vamos reagir com nossa unidade e luta de sempre”.

Para a Federação Na-

cional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), “a ECT está promovendo o sucateamento não somente da empresa, mas da vida dos próprios empregados, com o desrespeito às lutas passadas e às conquistas alcançadas”.

Nesse sentido, a nota da entidade continua alertando que “já há alguns anos a direção da estatal vem tornando a empresa ineficiente e colocando em jogo a credibilidade frente ao público. O patrimônio nacional tricentenário está prestes a ser privatizado, no que depender do governo federal e dos inúmeros vice-presidentes que comandam os Correios. Para o Comando [de greve], trata-se da continuidade da política do desgoverno Temer. Cabe aos trabalhadores impedir que isso aconteça”.

Discussão trouxe à tona o debate sobre a soberania nacional, que diversos participantes consideram ameaçada

O acordo anunciado recentemente entre a Embraer e a americana Boeing foi amplamente criticado durante comissão geral no plenário da Câmara dos Deputados na última quarta-feira (1º). Com o intuito de “formar opinião” sobre a situação, o deputado Flávio (PSC-SP), que propôs o debate, declarou que “hoje, com tudo o que ouvi, penso que [o acordo anunciado] não seria bom para os trabalhadores e nem para o Brasil”.

O deputado é eleito pela cidade de São José dos Campos (SP) – sede da Embraer – e trouxe diversos interessados na transação, mas condenou a ausência de representantes do governo, do presidente da Embraer, Paulo Cesar de Souza e Silva, e de deputados, o que evidenciava a forma como o governo vem tratando a questão.

A ideia do acordo é criar uma empresa *Joint venture* (cujas operações são mantidas em comum) na qual a norte-americana Boeing ficaria com o controle de 80%, pagando a bagatela de US\$ 3,8 bilhões. Pelos termos anunciados, a Embraer manteria o controle das áreas militar e de aviação executiva.

Para o presidente da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), Murilo Pinheiro, este é “um mau negócio para o País”. Os engenheiros apontam que “ao custo irrisório de US\$ 3,8 bilhões – valor que se aproxima do desenvolvimento de um único produto da fabricante nacional –, a companhia americana terá em suas mãos o conhecimento, tecnologia, operação e administração do segmento que sustenta a Embraer”.

FABRICANTE DE PEÇAS

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Herbert Claros, sob o comando da Boeing, a Embraer pode ser rebaixada a uma mera fabricante de peças. “A principal ameaça não é a concorrência, mas a entrega da Embraer”, alertou Herbert. “Em nenhum momento a Boeing garantiu que haverá investimentos no Brasil. Sem a garantia de um novo projeto de avião a ser desenvolvido no país, em cinco ou dez anos poderemos testemunhar o fim da Embraer”.

O sindicalista denunciou que as demissões já começaram no setor, sem que nada tenha sido efetivamente assinado: “antes mesmo do negócio ser firmado, os sindicatos já registraram 300 demissões”.

SOBERANIA NACIONAL

A discussão trouxe à tona o debate sobre a soberania nacional, que diversos participantes consideram ameaçada

com as perspectivas da venda. A vice-presidente em São José dos Campos do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), Rozana Nogueira, denuncia que “o que está sendo feito é uma excrescência, um absurdo. São 4.200 engenheiros na Embraer. Se isso se concretizar, a empresa se tornará uma mera montadora de avião (...) A sua criação, há quase 50 anos, não se pensou somente em uma empresa de avião, mas no desenvolvimento tecnológico nacional. O contrário do que está sendo feito agora”.

Para Claros, separar a área de aviação comercial das áreas de defesa e de aviação executiva, em vez de criar uma salvaguarda nacional, poderá decretar o fim da empresa. “Se deixar o setor de defesa nas mãos da Boeing é visto como um risco à segurança nacional, também é uma ameaça à soberania deixar a Embraer dividida e sem caixa para fazer investimentos nos sistemas de defesa do País”, alertou.

Vale ressaltar que há um dispositivo oriundo da privatização da empresa em 1994, chamado “golden share” – é uma forma de, ainda que tenha a minoria das ações com direito a voto, o governo mantenha algum controle tendo direito a veto. À época, foi propagandeado como o que salvaria a Embraer (que nesses anos todos foi profundamente dependente de investimentos públicos para continuar se desenvolvendo), mas a recente situação mostra que não significa muita coisa – especialmente com Temer à frente do Planalto.

Em recente publicação feita pela FNE, o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Marco Aurélio Cabral Pinto enfatizou que “não é questão de preço, garantias ou taxas. A Boeing se confunde com o Departamento de Estado norte-americano. É uma gigante em setor que se beneficia do aumento da instabilidade política no mundo. O governo brasileiro pode e deve contrapor rol variado e extenso de exigências. Estas devem permitir o desenvolvimento de uma indústria aeroespacial no Brasil integrada, exportadora e com crescente autonomia tecnológica. A questão dos empregos depende disso”.

PATRIMÔNIO PÚBLICO

Por isso, o professor Marco Aurélio completa: “trata-se de patrimônio público. Com esse governo que melancolicamente se despede, ilegítimo e impopular, na medida em que os candidatos a Presidente se posicionem sobre o assunto, no transcorrer de tempo até a eleição, torna-se progressivamente mais difícil para o núcleo político sobrevivente defender decisão sobre a golden share ainda neste ano.”

ANA CLÁUDIA

Bolívia: a potência plebeia

MARIANO VÁZKEZ *

Quando Evo Morales ganhou as eleições presidenciais de 18 de dezembro de 2005, convertendo-se assim no primeiro indígena em assumir esse cargo, a direita racista, colonial e capitalista da Bolívia fez uma aposta. Impossibilitada de ignorar o histórico 53,7% dos votos profetizou: “Deixemos o Índio governar seis meses, a economia entrará em colapso e voltaremos”. Passados doze anos e meio, a Bolívia é um exemplo de economia pujante que transformou um país excludente, formatado pelas elites brancas na segregação de suas maiorias, em um país inclusivo. Em 2005, a diferença nos rendimentos entre os mais ricos e os mais pobres era de 129 vezes, doze anos e meio depois a cifra baixou para 39. A pobreza diminuiu de 59,6% para 37,6%, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a menor de toda sua história. Ao mesmo tempo, a pobreza extrema baixou de 36,7% para 16,8% no mesmo período. Cifras que situam o país como o que mais reduziu este item na última década na região. Isso se reproduz na diminuição do desemprego, que baixou com Evo Morales de 8,1% para 4,5%.

Nos últimos anos, apesar de uma conjuntura externa desfavorável, a economia boliviana continuou crescendo de maneira sustentada. Nestes doze anos, o Produto Interno Bruto (PIB) ostenta uma elevação média anual de 5% e, se tomamos, por exemplo, 2017 observamos a diversidade de atividades que conformaram este incremento: a indústria manufatureira representou 18,6%, o setor de estabelecimentos financeiros 14,3%, o agropecuário 13,8%, e o de transporte e comunicações 12,8%. O informe do Ministério de Economia e Finanças Públicas do Estado Plurinacional da Bolívia assinala que “todas estas - além da construção, comércio, serviço básico, entre outros - são atividades vinculadas à demanda interna e são geradoras de emprego”.

Desde 2014, a economia boliviana é a que mais cresce na América do Sul. O Produto Interno Bruto nominal em 2005 era de US\$ 9,574 bilhões e, doze anos depois, se multiplicou por quatro alcançando os US\$ 37,816 bilhões. Se contabilizamos o PIB per capita no mesmo período observamos que passou de US\$ 1.037 para US\$ 3.393. Esta expansão se complementou com a estabilidade. A taxa de inflação foi de 2,71% em 2017. Os indicadores emitidos pelo Banco Central da Bolívia (BCB) apontam que a média anual de inflação desde a chegada de Evo ao governo não chega a 6%.

O investimento público executado pelo Estado aumentou mais de sete vezes: de US\$ 629 milhões em 2005 para US\$ 4,772 bilhões em 2017. Esta decisão política dinamizou a atividade econômica. “Esta variável, permitiu reduzir o déficit de infra-estrutura produtiva e cobrir as necessidades elementares da população, como água e saneamento básico. É importante assinalar, em que pese o contexto internacional desfavorável e a queda dos preços do petróleo, o governo nacional tem garantido os recursos destinados ao investimento público como uma variável de sustentabilidade econômica do país”, destacou o ministro de Economia, Mario Guillén Suárez. No ano passado, a Bolívia se situou em primeiro lugar pela quarta vez neste item, à frente de Equador, Colômbia, Paraguai, Chile, Peru, Brasil e Argentina.

Diferentemente da lógica do partido Cambiemos [que elegeu e sustenta Macri] na Argentina, o processo de mudança boliviano considera que o investimento público gera um efeito multiplicador sobre os setores produtivos como mão de obra, procura de insumos e serviços.

O *Modelo Econômico Social Comunitário Produtivo da Bolívia* tem na base de sua construção a redistribuição da riqueza. Por isso, desde 2006, o salário mínimo aumenta acima da taxa de inflação. Enquanto os governos neoliberais o mantinha congelado e inclusive o reduzia, durante a gestão do Movimento ao Socialismo (MAS) passou de 440 pesos bolivianos, em 2005, para 2.000, em 2017. O crescimento em doze anos acumula 355%. Hoje o peso boliviano vale quatro vezes mais que o peso argentino.

Um estudo sobre o poder aquisitivo na América do Sul, realizado pelo Observatório de Políticas Públicas, Módulo de Políticas Econômicas da Universidade Nacional de Avellaneda (UNDAV), assinala que “com uma queda acumulada de 6,1%, a Argentina é o país da região com maior queda do poder aquisitivo do salário mínimo nos últimos dois anos”. No extremo oposto está a Bolívia, que elevou a capacidade de compra em 8,2% no mesmo período.

O endividamento externo sempre foi uma espada de Dâmocles para o crescimento na América Latina. O Observatório Fiscal Federal estima que a relação dívida-PIB da Argentina desde a chegada de Mauricio Macri alcançou 60%. Na Bolívia, baixou de 51,7% em 2005 para 24,9% em 2017.

Este “milagre” econômico veio sintonizado com fortes posicionamentos políticos que fizeram da Bolívia um país de referência. Ao romper relações com os Estados Unidos, cortou sua história de submissão e se converteu em referência em temas como autodeterminação, integração e meio ambiente.

Em seu livro *A potência plebeia*, o vice-presidente boliviano e intelectual, Alvaro García Linera, explica o modelo econômico nascido no país a partir de 2006 e do desafio das identidades indígenas, operárias e populares. O Modelo Econômico Social Comunitário Produtivo da Bolívia “tem sido elaborado pelo presidente Evo Morales, pelas organizações sociais, acompanhado por profissionais: intelectuais, economistas, engenheiros comerciais”. Se trata de uma economia plural que reconhece “várias formas ou sistemas organizativos da economia: regime mercantil empresarial privado, sua característica é que o dono não trabalha, administra e contrata trabalhadores; a economia estatal, que se move entre o capitalismo de Estado e o socialismo, e a pequena economia mercantil urbana, que não necessariamente é empresarial, na qual o dono trabalha e recebe a colaboração da família”, às quais se soma a economia camponesa mercantil e a camponesa comunitária. Estes cinco tipos de economia existem e merecem respeito, apoio técnico e reconhecimento.

As elites brancas que vaticinaram seis meses do Índio tiveram que engolir suas palavras. Por estas latitudes, muitos podem aprender do Índio, sobretudo o engenheiro que ocupa a Casa Rosada [sede da Presidência Argentina].

* Jornalista e cineasta argentino

Ortega persegue organização de DH para esconder assassinatos



Manágua: marcha defende médicos demitidos por acudirem manifestantes feridos

Familiares se despedem de Raynéia, morta na Nicarágua, e exigem justiça

ANA NAZARETH*

“Ela foi em busca do seu sonho. Seguiu os passos de sua mãe, que sempre trabalhou com saúde”, afirmou em declaração ao HP, a prima de Raynéia, Aline Costa.

“Infelizmente, a minha filha teve que perder a vida por esta crise seja divulgada. Eu espero que a sua morte pelo menos ajude a resolver este conflito”, afirmou, em prantos, Maria José da Costa, mãe da jovem pernambucana Raynéia Lima, que estava concluindo o curso de Medicina na Universidade Americana em Manágua (UAM).

Raynéia foi assassinada no dia 23 à noite quando saía do plantão do Hospital no qual fazia residência médica. Seu carro foi metralhado.

A prima de Raynéia, declarou que “ela estava começando a trabalhar na profissão que escolheu. Queria trabalhar como médica e todos nós sentíamos que – apesar dela ter tido que ir tão longe para correr atrás de seu sonho – estava feliz, porque a gente fica feliz quando faz aquilo que gosta de fazer. A lembrança que a gente vai ter de Rayneia é a dessa pessoa alegre, radiante e feliz”.

Como homenagem póstuma, a estudante teve o diploma de médica entregue pela Universidade à mãe, Maria José. Parentes e amigos correram ao Cemitério Morada da Paz, na cidade de Paulista, região metropolitana do Recife.

“Que seja feita justiça”, de-

clarou ainda a mãe, “a minha filha não vai ficar esquecida. Que quem matou a minha filha seja punido. Que pague por isso. Seja o presidente, seja quem for”.

O funeral foi acompanhado pelo secretário de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco, Pedro Eurico, que salientou que a morte de Raynéia foi causada por um atentado político, “foi terrorismo” e anunciou que o governo do Estado entrou com uma representação na Corte Interamericana de Direitos Humanos através do Itamaraty. Na brutal repressão do governo Ortega com paramilitares mascarados às manifestações contra o neoliberalismo e pela antecipação das eleições, já morreram 450 pessoas, 600 estão desaparecidas e há quase 3 mil feridos.

Segundo o pai de Raynéia, Ridevando Pereira, em postagem recente, ela declarou o carinho por seus pais. “É doloroso já não contar com a presença de vocês aqui pertinho”, escreveu, “obrigada por serem meus pais, meus amigos, meu apoio, meu tudo! Amo vocês incondicionalmente!”

Ray – como era tratada carinhosamente pelos amigos – foi sepultada vestida com o jaleco do Hospital da Polícia Nacional de Manágua, local onde trabalhava, e com o diploma da Universidade Americana em Manágua (UAM), concedido postumamente. “Rayneia sofreu muito para conquistar este documento”, afirmou emocionada a mãe.

Vizinhos, parentes, amigos, lotaram as proximidades do túmulo da estudante, vestindo

camisetas brancas com a foto dela.

O governo Ortega imputou o crime ao “segurança privado”, Pierson Gutiérrez, já preso e que confessou, mas no dia seguinte ao assassinato o reitor da universidade de Raynéia, Ernesto Medina, havia responsabilizado pelo assassinato paramilitares que dariam proteção ao poderoso tesoureiro do partido de Ortega, cuja casa é nas imediações do local do crime. “As forças paramilitares sentem que têm carta branca, ninguém vai lhes dizer nada, andam sequestrando e fazendo batidas”, denunciou.

Ao ser atingida, Raynéia estava sozinha em seu carro, com o namorado vindo em outro carro atrás. Com Solís foi encontrado um fuzil automático Colt M4. Conforme a prima Aline Costa, tudo o que a família sabe é que “o carro foi metralhado e que ela foi atingida no diafragma. Sabemos que tentaram a reanimação por 25 minutos, mas não conseguiram”. Raynéia chegou a ser levada ao Hospital-Escola Militar, mas não resistiu. Ela estava na Nicarágua desde 2013 e planejava voltar, formada, ao Brasil no início de 2019.

Dona Maria não via Raynéia desde 2014, por causa do preço da passagem. “Mainha, eu te amo”, foram as últimas palavras da filha para ela, no dia em que seria morta.

**A matéria foi enviada por Ana Nazareth, que esteve presente ao funeral da pernambucana, Raynéia Lima, na cidade de Paulista, na região metropolitana do Recife*

50 mil drusos se concentram em Tel Aviv contra lei do apartheid

A “Lei do Estado-Nação”, recentemente aprovada no Knesset, parlamento israelense, já denominada de lei do apartheid e que deixa a nu o caráter supremacista e discriminatório do regime israelense, ao afirmar entre outros aspectos segregacionistas, que – em Israel - somente aos judeus cabe reivindicar o direito nacional e à autodeterminação. Também tira o status de língua oficial do árabe, deixando somente ao hebraico tal condição.

Depois da lei ser aprovada por 62 votos contra 55 e duas abstenções, foi rechaçada por ato de judeus e árabes em Tel Aviv e, agora, no sábado, dia 4, a mesma cidade foi palco de um protesto que reuniu 50 mil drusos portando uma faixa gigantesca com a cara de Netanyahu e a frase: “Ministro do Crime”.

Os drusos, uma vertente religiosa de origem islâmica que incorporou aspectos do cristianismo, participaram da revolta palestina, de 1936 a 1939, contra a ocupação sionista e que foi aplastrada com apoio das tropas inglesas então acontonadas na Palestina.

Depois disso, os sionistas adotaram a tática de se aproximarem das etnias e religiões minoritárias para afastá-las da corrente principal árabe palestina, que é sunita. Dessa forma, os sionistas conseguiram atrair, para apoiar o seu plano de implantação de um Estado Judeu na Palestina, os drusos, os beduínos e os circassianos. Os drusos



receberam o status de “minoría especial” e através de um acordo entre os sionistas e 16 líderes drusos, ao final dos anos 1940, estes participam do serviço militar.

Agora os drusos, que tinham status de minoria nacional reconhecida e que, segundo seus líderes, verteram sangue por Israel, repudiavam essa monstruosidade. As principais lideranças drusas se declararam ‘traídas’ pela lei definida como “Lei Básica”.

Um dos líderes drusos da campanha contra a lei, Dr. Amir Kneifas, encontrou o deputado autor da lei, ex-agente Avi Dichter, em um evento na cidade de Carmiel, na Galiléia. Kneifas, indignado, chamou Dichter de “cachorro, racista e nazista”.

Ao que Dichter respondeu, “não me chamarão de nazista, os nazistas assassinaram minha família”. O que não se entende é que Dichter proponha legislação similar à que discriminava os judeus logo após a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha.

Netanyahu fez uma visita

de cortesia a uma aldeia drusa para pedir aos líderes que não realizassem a manifestação de sábado. O brigadeiro druso, Amal Assad, um dos organizadores da manifestação, presente ao encontro, denunciou Israel como “um estado de apartheid”, na cara do premiê.

Netanyahu redarguiu que não “aceitará este desrespeito a um primeiro-ministro de Israel e ao Estado quando chama Israel de Estado de Apartheid”. Disse isso, e interrompeu abruptamente a reunião.

Sem dúvida, o ato gigantesco dos drusos em Tel Aviv, mostra o buraco que parlamentares da ultradireita israelense – 70 anos após a limpeza étnica na Palestina e pouco mais de 50 anos de ocupação dos territórios palestinos da Cisjordânia e Gaza, com a sistemática prática de usurpação paulatina e constante de terras palestinas – escancara agora sob os pés dos israelenses.

NATHANIEL BRAIA

A sede da Associação Nicaraguense de Direitos Humanos, que informa regularmente o número de mortos e desaparecidos sob o regime de Daniel Ortega, fecha as portas com seus diretores sofrendo ameaças de morte pelos paramilitares

A Associação Nicaraguense Pró-Direitos Humanos (ANPDH), uma das mais ativas organizações no resgate de manifestantes feridos, detidos ou hostilizados durante os protestos contra o governo de Daniel Ortega que eclodiram em abril, anunciou neste domingo (5) que vai fechar seus escritórios no país devido a sérias ameaças e ao assédio de grupos armados ilegais.

A ANPDH “tem se visto ameaçada após ter recebido informação alarmante sobre a ativação de práticas ilegais de perseguição judicial e criminalização sem fundamento legal que as motive contra seus ativistas”, denunciou a entidade em comunicado, responsabilizando por esses crimes as “forças combinadas” do Governo, compostas por policiais, parapoliciais, paramilitares e grupos de choque.

Em seu último informe sobre os danos humanitários da crise, a ANPDH denunciou a morte de 448 pessoas, em sua maioria jovens manifestantes, 2.800 feridos, assim como centenas de “sequestrados” e desaparecidos pela ação dessas “forças combinadas”.

Sem as mínimas condições de segurança, a ANPDH decidiu fechar seus escritórios como medida preventiva, “a fim de garantir a integridade física e a segurança dos nossos defensores”, destacou. No entanto, informou que continuará atendendo às denúncias de vítimas através da internet.

O grupo, que tinha seu escritório central em Manágua, disse que o seu principal dirigente, Alvaro Leiva, também sofreu “o assédio permanente de grupos armados não autorizados e ligações telefônicas com ameaças” nos escritórios. “Fomos obrigados a tomar medidas que garantam sua integridade”, assinalou e, na segunda-feira (6), informaram que Leiva saiu do país e buscará asilo na Costa Rica.

O secretário executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Paulo Abrão, confirmou a saída do ativista e de uma equipe da ANPDH através de suas redes sociais.

“Coincidente encontro no aeroporto de Honduras. Alvaro Leiva e equipe da ANPDH em trânsito para Costa Rica. Confesso que nunca imaginei presenciar um auto-exílio em seu exato instante. Chorando, eles diziam que, apesar do custo, tinha valido a pena defender os direitos humanos na Nicarágua”, indicou Abrão pelo Twitter.

Em informe, a CIDH sublinhou que 90% das vítimas confirmadas até a data, mor-

reram por feridas de bala no peito, cabeça, abdômen ou costas, referindo-se aos dados recopilados entre 18 de abril e 30 de julho, em nível nacional.

A ANPDH ajudou a gerenciar, junto com a Igreja católica, a libertação de detidos ilegais, e destacou a existência de cerca de 600 desaparecidos.

E as manifestações não param. Centenas de médicos, enfermeiros e trabalhadores da saúde, participaram no último sábado de uma marcha a favor de seus colegas, especialistas com mais de 30 anos de experiência, responsáveis por diferentes programas da saúde, demitidos pelo governo, acusados de prestar cuidados médicos a feridos que protestaram contra o presidente Daniel Ortega e sua esposa e vice-presidente, Rosario Murillo.

“Estamos nos solidarizando com nossos colegas (...) já que foram médicos que por prestar a assistência que sempre prestaram com pagamento ou sem pagamento, dentro ou fora da instituição, foram mandados embora”, disse à Agência Efe a especialista em ginecologia e obstetrícia, Lucía Ramírez, durante o protesto em Manágua, que teve a participação de milhares de pessoas.

"Aplicam um artigo do Código do Trabalho e simplesmente te dizem: 'já não queremos mais seus serviços'. Porém, por trás disso há algo em comum que todos sabem, já que coincide que todas as pessoas que são mandadas embora são as que não apoiam o regime Ortega/Murillo”, esclareceu Ramírez.

Os médicos que participaram na marcha afirmaram que seus colegas destituídos atenderam a manifestantes feridos em cidades como León ou Masaya, tanto em hospitais como em igrejas.

Surgem também denúncias de paramilitares que entram nas casas da população sem nenhuma ordem judicial, capturam pessoas, torturam e matam impunemente. “E um exército paralelo e ilegal que Ortega primeiro negou que fosse do governo, acusou à direita e à CIA, e aos movimentos de oposição, depois, contra a parede, diante das evidências documentadas e filmadas, afirmou que eram ‘policiais voluntários’”, manifestou o doutor em Sociologia, William H. Gómez.

“O Sistema Penitenciário Nacional funciona como centro de tortura. De acordo com a informação que tem em seu poder a Comissão Permanente de Direitos Humanos da Nicarágua, CPDH, nesse lugar se acorrenta de pés e mãos aos detidos, lhes raspam a cabeça e os golpeiam”, denunciaram membros da entidade.

SUSANA SANTOS

Após atentado Maduro pede ajuda a Trump “contra os terroristas”

Explosões foram ouvidas e imagens divulgadas no que foi denunciado como tentativa de assassinato de Nicolás Maduro durante a celebração dos 81 anos da Guarda Nacional (desde Chávez, Guarda Nacional Bolivariana). O incidente ocorreu no sábado. Durante o discurso de Maduro, no evento, houve explosões; ele foi retirado do local. Sete soldados ficaram feridos. Apenas três horas depois do incidente, Maduro apontou como responsáveis o presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos – prestes a deixar o cargo –, grupos de oposição na Venezuela e venezuelanos residentes nos EUA.

Maduro afirmou que já tinham sido “capturados parte dos autores do atentado”, e estes já estavam sendo “processados”. “Não tenho dúvida que o nome de Juan Manuel Santos está por trás deste atentado”, disse, sem apresentar provas.

“Os que se atreveram a atacar que se esqueçam de perdão, os perseguremos e capturaremos onde quer que se escondam”, declarou o presidente. “Justiça! Punição máxima! Não haverá perdão!”, bradou.

Também afirmou que os “financiadores vivem nos EUA, no Estado da Flórida”, e, contradiatoriamente, pediu ajuda a Trump: “Espero que o presidente Donald Trump esteja

disposto a combater este grupo terrorista”.

Segundo o presidente colombiano, “não há base” para que Maduro faça tais acusações. A Casa Branca também negou o envolvimento.

Segundo o ministro do Interior, Nestor Reverol, o atentado foi realizado através de drones que carregavam um quilo do explosivo C4. A ação falhou devido a um sistema inibidor de sinal utilizado pela segurança. Reverol afirmou também que foram presos seis responsáveis.

Um grupo denominado “Militares de Camisetas” reivindicou, a autoria do atentado. O grupo, desconhecido até agora, diz reunir militares de diversas patentes, em exercício ou da reserva. “Demonstramos que são vulneráveis, não se efetivou hoje, mas é questão de tempo”, assegurou o grupo.

A coalizão opositora, Marea Socialista, “condena e repudia o atentado denunciado pelo governo nacional contra a pessoa do presidente Nicolás Maduro” e considera que “a consumação de atos terroristas apenas busca e pode trazer mais caos e violência para a população”.

Marea destaca que “frente à incerteza, exigimos investigação independente e alertamos contra o uso da situação para restringir os direitos do povo”.

Resgate por Israel revela farsa do ‘hamanitarismo’ dos Capacetes Brancos (2)

(continuação da edição anterior)

Publicamos hoje a segunda parte da coluna da jornalista inglesa Vanessa Beeley que viajou à Síria em meio à batalha pela libertação de Alepo e desmistificou a organização Capacetes Brancos e, em especial, o filme premiado com o Oscar de melhor documentário, ‘Os últimos homens em Alepo’, que tentava glorificar a organização financiada pelos serviços secretos dos EUA e Inglaterra e que se propalava neutra e de resgate humanitário, na verdade dedicada a corroborar as versões de guerra química assacadas contra o Exército sírio, pretexto central para justificar a intervenção norte-americana quando os bandos terroristas financiados pela CIA desmoronavam rumo à derrota. (N.B.)

VANESSA BEELEY*

No Iraque e Afeganistão, o governo inglês abandonou intérpretes locais da mídia e a serviço dos militares a seu próprio destino uma vez que sua utilidade expirou. Em Basra, depois da Guerra do Iraque, de 2003, intérpretes que serviram ao exército inglês foram, segundo informações amplamente divulgadas, caçados por esquadrões iraquianos e mortos sistematicamente. Seus corpos foram jogados sem cerimônia em diferentes regiões da cidade. O jornal The Independent informou, em 2008, que “em uma das ocasiões 17 interpretes foram mortos”. Isso quer dizer que o sangue destes intérpretes está nas mãos do governo inglês que os deixou morrer.

Intérpretes que serviram aos militares ingleses no Afeganistão também se viram diante de similar e vergonhoso destino uma vez que os ingleses exploraram suas capacidades durante o conflito, mas os descartaram quando estes se tornaram superflúos aos requerimentos dos invasores. Em 2016, o ex-intérprete Nangyalai Dawoodzai, de 29 anos cometeu suicídio depois de ouvir que seria deportado da Inglaterra de volta ao Afeganistão onde morte quase certa o esperava.

A Inglaterra faz suprimento de armamento para a ‘coalizão’ dirigida pelos EUA e assumida pela Arábia Saudita e que faz chover a morte sobre a população civil do Iêmen. Os conselheiros militares no centro de controle e comando de Riad insistem que não designam alvos tais como hospitais, escolas, festas de casamento e um inteiro leque de infraestrutura civil. A Inglaterra participa no que pode ser apenas designado como genocídio no Iêmen, mas quando se trata de aprovar um visto para um colaboracionista iemenita, nega o acesso, como foi o caso de Ahmed Baider, que os ingleses dizem não acreditar que ele é quem diz ser.

O governo inglês, no entanto, não é tão circunspeto na ‘checagem dos fatos’ quando se trata do seu investimento de muitos milhões de libras, os Capacetes Brancos, que foram abrigados na Turquia e Jordânia [para etapas finais de treinamento e para fins de filmagens] e estão na mesma canoa da Al Qaida e outros grupos terroristas na Síria. Agora ocupam um território que se estreita cada vez mais diante do avanço do exército sírio e aliados que varrem a região rumo à vitória no longo conflito com a ‘coalizão’ montada e comandada pelos Estados Unidos.

Em declaração, o secretário de Relações Exteriores, Jeremy Hunt e o de Desenvolvimento Internacional, Penny Mordaunt, sobre a ‘realocação’ dos Capacetes Brancos “da Síria para sua proteção”, reiteraram a alegação feita de forma constante sobre os integrantes da organização:

“Os Capacetes Brancos salvaram mais de 115.000 vidas durante o conflito sírio a um grande risco a si próprios. Muitos Capacetes Brancos voluntários também morreram durante seu trabalho – tentando resgatar civis presos em escombros de edifícios bombardeados ou levando os primeiros socorros aos civis feridos. Os Capacetes Brancos têm sido alvo de ataques e, devido a seu perfil, nós julgamos que, nestas circunstâncias particulares, tais voluntários merecem imediata proteção. Nós, portanto, tomamos todos os passos com a finalidade de ofertar proteção a estes voluntários e seus familiares, tanto quanto possível”.

Uma recente resposta dentro da Lei de Liberdade de Informação revela que o governo inglês não tem nenhum tipo de verificação independente sobre as estatísticas que não param de se expandir [dos supostos salvamentos pelos Capacetes]. Os números sobre os quais o governo inglês se apoia chegam inteiramente de outra organização, a Mayday Rescue ou dos próprios Capacetes Brancos, de acordo com o que se pode ler na resposta oficial inglesa.

Mayday Rescue é outra alegada ONG, com sede na Holanda e financiada diretamente pelo Escritório de Relações Exteriores e Comunidade das Nações [Foreign and Commonwealth Office] e pelo Conflict Stability and Security Fund [Fundo de Estabilidade e Segurança]. O Mayday Rescue foi criado pelo ex-espião do MI5 que também fundou a organização Capacetes Brancos: James Le Mesurier. Em 2014, Mesurier criou o Mayday, um ano depois de haver instalado e colocado em movimento os Capacetes. A Mayday foi uma interface conveniente - entre o governo inglês e seu serviço clandestino de propaganda, os Capacetes Brancos - para o suprimento de fundos.

E, portanto, muito difícil que qualquer destas informações esteja de acordo com qualquer checagem de veracidade, uma vez que são estatísticas emitidas desde os porões da Al Qaida.

* É fotógrafa e jornalista investigativa. Editora associada do portal 21st Century Wire e que tem concedido entrevistas à agência Russia Today - RT. (Continua na próxima edição)

Congresso entrega ao Pentágono US\$ 717 bi para guerras e agressões



Contrastes: EUA exhibe Detroit devastada e o maior gasto militar do Planeta

Trump ameaça subir sobretaxa de 10% para 25% e China repudia ‘tática de brigada rua’

Em resposta à ameaça do governo Trump de aumentar de 10% para 25% a sobretaxa sobre US\$ 200 bi de exportações chinesas, a China imediatamente se declarou pronta para introduzir tarifas de até 25% sobre 5.207 tipos de mercadorias americanas até o valor de US\$ 60 bilhões, inclusive o gás liquefeito natural, que Washington anda tentando empurrar goela abaixo no mundo inteiro. Em um pouco comum editorial, o Diário do Povo disse que Trump – citado nominalmente – estava estrelando “seu próprio e ilusório drama ao estilo briga de rua” e advertiu que as medidas anunciadas pela Casa Branca punham em risco “a credibilidade nacional dos EUA”. As sobretaxas chinesas só entrarão em vigor, caso as de Trump sejam efetivamente acionadas.

A declaração do Ministério

do Comércio da China enfatizou que as medidas tomadas por Pequim têm exclusivamente o propósito de “defender seus legítimos direitos”, com a expectativa de “evitar que o atrito comercial se amplie”. Os chineses advertiram que as ações dos EUA estão “interrompendo a cadeia global de suprimentos” e o sistema multilateral de comércio, com “sérios danos” não apenas aos interesses e cidadãos da China, mas também com grandes riscos para o crescimento econômico no mundo inteiro. Considerando os US\$ 34 bilhões em exportações dos EUA para a China já afetados por sobretaxa retaliatória, mais esses US\$ 60 bilhões, segundo o ministério, implicaria em ônus sobre 85% do que Pequim importa dos EUA.

Por sua vez, a chancelaria chinesa alertou que

chantagens e ameaças jamais funcionarão contra Pequim. O ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, disse que “as portas do diálogo permanecem abertas”, mas que qualquer diálogo deve se baseado “na igualdade, respeito mútuo e regras”, e que pressões seriam “contraproducentes”.

Chang acrescentou que as atuais tensões foram iniciadas pelos EUA e que os problemas devem ser resolvidas sob as normas da Organização Mundial do Comércio e não da lei norte-americana. Ele responsabilizou os EUA pelo desequilíbrio comercial entre os dois países, notando que “60% do superávit comercial da China com os EUA foi criado por empresas estrangeiras que operam na China” e que as empresas americanas obtiveram no país “lucros enormes”.

Casa Branca reedita sanções contra Irã sob condenação da Europa, Rússia e China

Sob condenação da União Europeia, Rússia e China, entrou em vigor esta terça-feira (7) a primeira etapa das novas sanções do governo Trump contra o Irã, após ilegalmente sair do tratado que foi assinado pelo presidente que o antecedeu, pelos demais integrantes permanentes do Conselho de Segurança da ONU e pela Alemanha, e vinha sendo cumprido, como atestou a ONU e a AIEA. De acordo com a Bloomberg, o governo Trump chegou a pedir a Pequim que suspenda suas compras de petróleo iraniano a partir de novembro, e recebeu um sonoro não. A Índia também se recusa a atender tais pressões.

Em comunicado conjunto assinado pelos ministros das Relações Exteriores da Fran-

ça, Alemanha e Inglaterra, os principais países europeus rechaçaram a reimposição de sanções por Washington e se comprometeram com a preservação dos fluxos financeiros e das exportações de petróleo e gás do Irã, principal fonte de divisas do país. A União Europeia reeditou medida para proteger suas empresas das sanções unilaterais de Washington por realizarem negócios com o Irã que são legais sob a lei europeia e o direito internacional.

O presidente do Irã, Hassan Rouhani, acusou o presidente Trump de tentar provocar “o caos” no país asiático, ainda, medidas para atenuar os efeitos da restauração das sanções, que nesta fase atingem especialmente o câmbio.

disposto a “dialogar”, foram repelidas por Rouhani, como apenas para “consumo interno dos EUA”. “Se você esfalequeia alguém com uma faca e diz que quer conversar, a primeira coisa que você precisa fazer é remover a faca”, disse Rouhani em um discurso transmitido ao vivo pela televisão estatal. “Somos sempre a favor da diplomacia e das conversas. ... mas as conversas precisam de honestidade”, acrescentou. Ele pediu aos iranianos que se unissem diante das dificuldades. “Haverá pressão por causa de sanções, mas vamos superar isso com a unidade”, afirmou. Teerã anunciou, ainda, medidas para atenuar os efeitos da restauração das sanções, que nesta fase atingem especialmente o câmbio.

Merkel inaugura o 1º campo de concentração para acelerar a deportação dos imigrantes

Sob a regência da primeira-ministra Angela Merkel, o estado da Baviera, no sul da Alemanha, inaugurou no dia 1º de agosto o primeiro campo de concentração para “refugiados”, fazendo com que os imigrantes aguardem atrás das grades a decisão oficial sobre seu destino. Os chamados “centros-âncora” (Ankerzentren) integram o bizarro plano elaborado pelo ministro do Interior, Horst Seehofer, da extrema-direita, para reduzir através do medo o número de pessoas que buscam abrigo no país e, ao mesmo tempo, acelerar o prazo de deportação dos refugiados.

Conforme o governo alemão, a engenhoca racista dará maior velocidade à tramitação dos processos sob o mesmo “teto”: chegada, solicitação de refúgio, decisão se o imigrante pode ficar ou não. Cada um dos chamados “centros-âncora” deverá ter capacidade para abrigar 1.500 refugiados, com a deportação ocorrendo já a partir do local de confinamento. Diante desta nua e crua realidade, as organizações humanitárias têm condenado os Ankerzentren como “campos de deportação”.

“Está claro que os ‘centros-âncora’ servem para dissuadir, estimular a desistência. Trata-se de enviar um sinal aos refugiados de que eles não são exatamente bem-vindos aqui”, sintetiza o pesquisador de movimentos migratórios, Werner Schiffauer, condenando a infame xenofobia por detrás da iniciativa.

Em cada uma das sete localidades na Baviera onde serão erguidos os “centros para refugiados”, na fronteira com a Áustria, também haverá escritórios - para agilizar e facilitar a deportação sem burocracia - do Departamento de Estrangeiros estadual, do Departamento Federal para Migração e Refugiados (Bamf) e dos tribunais administrativos.

Sem qualquer base legal para implementar os Ankerzentren, o governo alemão tentou ganhar tempo e alega que sua concretização dependerá de uma “avaliação” após uma “fase-piloto” de seis meses. Só então e, após aprovado, Merkel e Horst disseram que vão criar uma base legal para implementar

os tais centros, para o que precisarão do apoio dos diferentes governos estaduais. A situação é difícil, pois poucos estados se mostraram favoráveis ao perverso plano. Além da Saxônia (leste) - onde um desses centros deverá ser estabelecido em Dresden - apenas o estado de Hessen (centro-oeste) e da Renânia do Norte-Vestfália (oeste) demonstraram algum interesse pelo xenófobo modelo.

Conforme Werner Schiffauer, presidente do Conselho de Migração, uma rede nacional formada por cerca de 150 pesquisadores especializados em questões de migração e integração, os centros só devem ajudar os “casos óbvios”, acelerando processos como o dos “sírios que vêm diretamente das zonas de guerra”. “Mas o que quase não vai mudar são os casos difíceis, a exemplo de refugiados afegãos que, em parte, já estão fugindo pela segunda vez”, explica Schiffauer, e que “demoram muito tempo”, “como mostram os exemplos das cidades de Manching e Bamberg”.

Dos 87 votos para encharcar as arcas dos maníacos de guerra, 41 foram de senadores democratas e 46, de republicanos. Trump achava que US\$ 668 bilhões já estava de bom tamanho

Enquanto falta dinheiro nos EUA para conservar a infraestrutura sucateada, deter os incêndios na Califórnia, implantar o Medicare para Todos (saúde pública), tornar a universidade gratuita ou até mesmo acabar com a encaenação de chumbo na água de Flint, o Congresso dos EUA acaba de aprovar US\$ 717 bilhões para o Pentágono e suas guerras e intervenções a serviço de Wall Street, Big Oil e dos demais monopólios. Como saudou o líder da maioria, senador Mitch McConnell, a lei estabelece “o maior aumento anual no financiamento das forças armadas norte-americanas em 15 anos”.

Mais até do que Trump pedira: US\$ 668 bilhões. O aumento recorde - que só fica abaixo do auge da Guerra do Iraque - foi alcançado graças ao, como McConnell reconheceu, “compromisso orçamentário bipartidário”. Também elogiado pelo general “Mad Dog” Mattis, chefe do Pentágono. E US\$ 100 bilhões acima daquele exorbitante último orçamento deixado por Obama (e logo inflado por Trump).

No Senado, 41 de 48 senadores democratas se juntaram a 46 republicanos para a farra do Pentágono, cuja lei foi batizada em homenagem ao belicista John McCain. Não faltou o entusiasmado voto ‘sim’ do líder da minoria, o democrata Chuck Schumer. Na Câmara de Representantes, passou fácil. Curiosamente, o senador Marco Rubio votou contra, não por ter virado pacifista inesperadamente, mas sim por repúdio à atenuação de cláusula anti-China.

Mal sabia o então presidente, e ex-general, Ike Eisenhower, quando na década de 1950 advertiu sobre o “complexo industrial-militar”, o que esperava os EUA e sua “democracia”. Nos tempos de Reagan, o inchaço das verbas militares - o chamado keynesianismo militar - era tido como uma coisa

sideral. Mas nas guerras pelo petróleo de W. Bush, o patamar de US\$ 300 bilhões vigente na década de 1990, logo dobraria, para US\$ 600 bilhões. Acaba de ultrapassar a barreira dos US\$ 700 bi. Dos altos mandos, generais e almirantes de pijama se tornam diretores dos boards das corporações, com salários anuais de até US\$ 1 milhão, e as encomendas prosperam. Mais da metade dos gastos discricionários do governo federal são sugados pelo Pentágono. Há quem assevere que, somando rubricas em outras dotações, como a espionagem (CIA e congêneres), o grampo eletrônico (NSA e coirmãs) e as armas nucleares, já está em US\$ 1 trilhão. Mesmo “só” com os US\$ 700 bi, os EUA já têm de orçamento militar mais que os gastos militares combinados das dez maiores potências seguintes. São 800 bases no exterior, as frotas de porta-aviões e de submarinos nucleares, e Trump já pediu sua própria versão da guerra nas estrelas.

A dotação orçamentária para 2019 do Pentágono, que já foi para a mesa de Trump, prevê, entre outros desperdícios, dezenas de aviões F-35, um porta-aviões e dois submarinos nucleares. Já virou anedota, contada e repisada muitas vezes, o hábito dos fornecedores do Pentágono de

colocarem fermento no preço das encomendas que recebem.

E nem por isso deixam de se assombrar quando a Rússia, com um décimo disso e produção por estatais, deixa os ianques para trás e domina a tecnologia dos mísseis hipersônicos e de como desativar navios de guerra ianques de última geração. “Não quiseram nos escutar, vão nos escutar agora”, disse então o presidente russo Vladimir Putin.

Nos últimos 25 anos de dominação unilateral, os EUA andaram ocupados invadindo e destruindo países, cometendo ataques com drones contra civis indefesos, e toda a sorte de tortura e crimes de guerra. Um milhão de mortos no Iraque, centenas de milhares no Afeganistão e na guerra por procuração na Síria, Líbia e Somália estados falidos, dezenas de milhares nos Bálcãs, disseminação do terrorismo, para manter a rédea curta sobre a Europa e o Japão, e apostando no esmagamento da Rússia.

Não sem custos. Um estudo do ano passado estimou em quase US\$ 6 trilhões o custo dessas aventuras, mas mais provavelmente é o dobro ou triplo disso, feitas todas as contas - e o serviço da dívida. Como alguns analistas costumam dizer, o império faz tempo que paga as guerras no ‘cartão de crédito’ do privilégio exorbitante do dólar. Trump ultimamente anda dizendo que o império está alquebrado e que o preço da ocupação vai subir para 4% do PIB.

73 anos após o fim da II Guerra, tropas e bases dos EUA seguem ocupando a Alemanha, a Itália, o Japão e a Coreia. Ultimamente, deram para estender suas tropas de choque e seus drones à África, para deter a cooperação da China com os africanos. Insistem nas provocações e cerco contra a Rússia e a China.

VETERANOS

Também é pesado o custo - internamente aos próprios EUA - dessa interminável intervenção contra quase a humanidade inteira. Todos os dias veteranos de guerra dormem nas ruas dos EUA, sem ter sequer um teto. Mais de um milhão estão recebendo pagamento por incapacidade. 327 mil foram diagnosticados com lesão cerebral traumática, por causa das bombas improvisadas. Chama também a atenção a forma como a mídia dos EUA noticiou a aprovação da lei de financiamento do Pentágono. Sobre a enorme e absurda dilapidação de recursos socialmente necessários, nenhuma palavra. Menos ainda sobre os possíveis crimes de guerra graças à montanha de dólares. Mas se lembraram de registrar como a lei prevê melhorar a proteção ao assédio nas escolas aos filhos de militares nas bases. E, ainda, de uma cláusula sobre a proteção de duas espécies de galinhas selvagens.

Como assinalou o Common Dreams, citando o analista Adam Johnson, nenhum editor de opinião, de editorial ou de tevê a cabo “perguntará ‘como vamos pagar por isso?’ Financiamento para bombas, armas, bases militares, navios de guerra, aviões de combate simplesmente é levado em conta. Como a gravidade ou a entropia, simplesmente é”.

ANTONIO PIMENTA

Espanha resgata 400 imigrantes

Apenas no último final de semana, sábado (4) e domingo (5), cerca de 400 imigrantes foram resgatados no Mediterrâneo durante travessia de Marrocos para a Espanha.

No sábado, a guarda costeira da Espanha encontrou, entre o Estreito de Gibraltar e o Mar Mediterrâneo, nove botes que, ao todo, levavam 395 pessoas. No domingo, foram resgatadas mais duas que tentavam fazer a travessia em um pequeno bote. A notícia foi divulgada pela guarda costeira através Twitter. Não temos maiores informações sobre a idade, gênero e nacionalidade destas pessoas.

Atravessar Gibraltar em direção à Espanha tem sido uma das opções mais escolhidas entre os migrantes em busca de refúgio. A taxa de mortalidade no percurso é de uma para cada 70 pessoas, enquanto em outros trajetos, como da Líbia para a Itália, chega a ser de uma para cada 19. Além disso, a Espanha registrou 21 mil refugiados neste ano, o que é quase o total de registros feitos no mundo todo no ano passado, de acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Programa Nuclear Brasileiro: um fio de luz nos caminhos da nação - (1)

O texto que aqui publicamos, uma importante contribuição ao debate sobre as soluções estratégicas na área de energia – aliás, a mais estratégica das áreas – foi-nos enviado por um de seus autores, o físico Alexandre Ferreira Ramos, cientista de seriedade exemplar, profundamente identificado com a nossa Nação, com o seu povo, e, sobretudo, com a necessidade de mudar o país. Agradecemos ao professor e doutor Alexandre, e, penitenciado-nos por uma certa demora na publicação, pedimos mais: a HORA DO POVO está à vossa disposição.

C.L.

ALEXANDRE F. RAMOS*, MICHAEL JAILLET**

1. A necessidade de integrar o programa nuclear à cultura nacional

Apesar de o financiamento ser essencial para um novo impulso ao programa nuclear brasileiro, o sucesso, a sustentabilidade e a ampliação desse programa passa por sua mais ampla aceitação pública e sua incorporação ao caldo cultural da nação. São pilares dessa nova etapa a conclusão da usina de Angra 3, do submarino a propulsão nuclear e do Reator Multipropósito Brasileiro. Tais desafios somente se impõem a um programa nuclear de grande envergadura, que após 5 décadas de atividades demonstra capacitação técnica nos diversos ramos das tecnologias nucleares – produção de energia, agricultura, medicina, prevenção e remediação de acidentes (como Goiânia) – e a compatibilidade com o estado da arte mundial via realização de pesquisa de excelência.

São notáveis os desempenhos das usinas Angra 1 e Angra 2, que tiveram sua excelência reconhecida por agências internacionais, como a Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA), a Associação Mundial de Operadores Mundiais (WANO), o Instituto dos Operadores em Energia Nuclear (INPO).

Destaque-se também o domínio da tecnologia de enriquecimento de urânio, hoje sob controle das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), após imenso esforço para desenvolvimento das ultra-centrifugas, unindo a Marinha, Centros e Institutos de Pesquisa, a Academia e a Indústria.

Todavia, a população brasileira pouco conhece sobre as conquistas do programa nuclear e suas implicações positivas ao país. Por exemplo, em diversos debates públicos sobre produção de eletricidade, a matriz nuclear não é citada como uma possibilidade, a despeito de o Brasil possuir a sexta maior jazida de urânio do planeta e vastas áreas de seu território ainda por prospectar.

É ilusório pensar que um novo impulso ao Programa Nuclear Brasileiro (PNB) pode ser determinado apenas por uma “elite” obviamente legítima em suas competências e conhecimentos necessários à direção e realização do PNB.

Todavia, a posse dos recursos cognitivos não transmite, per se, toda a legitimidade social e ética necessárias aos operadores do PNB. O domínio das tecnologias nucleares sofre de “suspeição prévia” da sociedade, tal que uma estratégia de formulação e realização do PNB estabelecida apenas entre membros de sua comunidade, reforça tal suspeição e tende ao fracasso.

Isto pois, a comunidade nuclear não terá recebido da



sociedade a missão explícita de implementar e apresentar amplamente os resultados de tal programa. Destarte, faz-se mister estabelecer com o público um diálogo que desenvolva na sociedade organizada o interesse pela questão nuclear, incluindo, apropriadamente, sua participação em processos decisórios. Ademais, é mister que o PNB atenda necessidades que lhe são pertinentes, que inclua cada vez mais atores e que a sociedade tenha ciência plena de seus feitos.

2. Desafios da comunicação nuclear

A missão de abrir um canal de comunicação com o público será eminentemente política, na mais nobre acepção da palavra: estabelecimento de um diálogo fundamentado, em que opositores apresentam seus argumentos fundados em argumentos objetivos. Se constituída assim, a adoção do programa nuclear pela sociedade brasileira constituirá uma decisão política assumida por sua população.

A meta de garantir que a nação decida incorporar o setor nuclear é arrojada. Todavia, buscá-la favorecerá o estabelecimento de laços de responsabilidade entre quadros técnicos do PNB e os quadros da sociedade engajados e interessados em participar ativamente do desenvolvimento do país.

Naturalmente, é um grande desafio abordar publicamente a participação da matriz nuclear na cesta energética brasileira (ou mundial), dadas as inevitáveis polêmicas que isso levantará. Há implicações práticas dessas dificuldades, como é o caso de debates públicos – sem viés comercial – em que não é citada a possibilidade de ampliação da participação da matriz nuclear na cesta energética brasileira.

Por exemplo, concluir Angra 3 trará energia suficiente para sustentar as cidades de Brasília e Belo Horizonte e isso pode ser feito em poucos anos. Todavia, essa questão ainda é pouco discutida. O debate público trará o tema à tona, e tornará necessário discutir o uso da matriz nuclear.

Dos opositores, o debate demandará a formulação objetiva de suas reticências e/ou recusas, formulando opiniões sobre bases factuais, de forma que se tornarão, também, os responsáveis de fato pelas consequências da



política energética do país.

Os apoiadores terão a oportunidade de formular de maneira didática, e cientificamente precisa, os conceitos vinculados às tecnologias e ciências nucleares. Ademais, deverão explicitar as oportunidades trazidas à nação pelo desenvolvimento do setor nuclear. Os argumentos favoráveis terão, portanto, o mérito de devolver ao PNB o devido status: constituir um programa de desenvolvimento nacional de médio e longo prazo devidamente aceito e incorporado pela população e sociedade organizada.

Cada projeto do PNB terá a capacidade de gerar sub-projetos catalisadores de oportunidades para diversos segmentos sociais. A execução desses sub-projetos contribuirá no estabelecimento de uma visão de futuro para o Brasil que seja compartilhada, e defendida, por sua população.

3. O Programa Nuclear e um novo modelo de desenvolvimento

Justamente por passarmos por um difícil momento econômico, político e social, é que a questão do PNB deve ser abordada.

A nação passa por um processo de transição e necessita encontrar novos caminhos, fundando um novo modelo de desenvolvimento. O PNB constitui um elemento central no estabelecimento de uma política de estado que vise instituir no Brasil o desenvolvimento baseado: na manufatura de alto desempenho e alta precisão; em cultura de excelência, segurança e responsabilidade ambiental; na capacidade criativa da população e na geração de novas tecnologias, que utilizem os recursos naturais disponíveis no solo brasileiro visando agregação de valor.

A conjuntura de dificuldades constitui, então, um elemento a ser suplantado na busca de condições estruturais de maior bem-estar para a população. O estabelecimento do PNB, e sua incor-

poração pela população, pode indicar ao país, e ao mundo, o comprometimento de seu povo com o desenvolvimento sustentável, baseado no aumento da complexidade de sua cadeia produtiva, e no uso de uma matriz energética não emissora de gás carbônico. Ou seja, uma nação que participa dos esforços mundiais de contenção do aquecimento global, ao mesmo tempo em que melhora seus índices de desenvolvimento humano soberanamente.

4. Refutando alguns argumentos anti-nucleares

A despeito dos benefícios trazidos à sociedade e humanidade pela opção nuclear, desacreditar-lhe é relativamente fácil: infelizmente o cartão de visitas da energia armazenada no núcleo atômico foi a bomba.

Recentemente, esta questão retornou à agenda por conta dos avanços da tecnologia de lançamento de artefatos nucleares pela Coreia do Norte. Embora o Brasil, por sua importância diplomática, deva acompanhar atentamente o desenrolar dessa conjuntura, tal pauta não faz parte da agenda interna. O país é signatário do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, assinou o paradigmático acordo bilateral de verificação do uso pacífico da energia nuclear com a Argentina, e estabeleceu constitucionalmente a vocação pacífica do PNB. Portanto, é bastante fácil qualificar como falaciosos argumentos que apontem objetivos bélicos no PNB.

A despeito de sua vocação pacífica, o fortalecimento do PNB sempre encontrará argumentos contrários. Nessa linha poderão, inclusive, atuar forças ilegítimas acobertando motivações ideológicas, comerciais, econômicas ou geopolíticas, que visam desacreditar a opção nuclear como matriz energética intermediária e complementar às energias do futuro. Note, a energia nuclear apresenta baixos custos

financeiros e pouca emissão de gases de efeito estufa.

As forças ilegítimas atuam no debate público promovendo o medo da energia nuclear, utilizando argumentos que obscurecem qualquer avaliação objetiva das vantagens e desvantagens dessa matriz. Evadem-se, voluntariamente, da questão do aquecimento global, que deveria ser uma preocupação central para aqueles interessados no uso racional dos recursos naturais do planeta.

Ademais, ao focar o debate acerca da questão nuclear apenas na produção de eletricidade (ou na questão bélica), são ignorados diversos outros benefícios das tecnologias nucleares à medicina, agricultura, indústria e ciências.

Por exemplo, o projeto Genoma, que está revolucionando a medicina, originou-se na pesquisa científica sobre efeitos de radiação em organismos vivos. Há também o uso da radiação na preservação de alimentos ou no diagnóstico e tratamento de enfermidades. Destarte, afirmar que o setor nuclear salva muito mais vidas que aquelas que tirou não é um argumento enviesado, é uma constatação!

Mesmo assim, é indubitável a capacidade dos “lobbies”, enaltecendo as consequências adversas do uso da energia e tecnologias nucleares. Esses têm sido mais poderosos e eficazes que os “lobbies” favoráveis. Como nos ensina a história, a contraposição à tais forças, inclusive as obscurantistas, somente será estabelecida num debate franco, realizado sob a luz da ciência e com a participação dos setores da sociedade interessados em contribuir a um projeto ambientalmente responsável de desenvolvimento da nação. Sob tais perspectivas, a opção nuclear poderá desempenhar um papel unificador e transformador da cultura nacional.

Uma classe de argumentos contrários ao uso da energia nuclear refere-se aos acidentes de Three Mile Island, Chernobyl e Fukushima, cujas causas

O enriquecimento do urânio pelas ultracentrifugas, desenvolvidas no Brasil, das Indústrias Nucleares Brasileiras (INB)

foram analisadas detalhadamente. Isso levou ao aprimoramento da tecnologia de segurança da geração de energia nuclear nas usinas em operação, em construção ou em planejamento.

Todavia, os acidentes acabam por reforçar um sentimento de que os processos industriais e humanos neste campo não estão sob controle.

Esse sentimento está equivocado. A análise detalhada das falhas técnicas e humanas por trás desses acidentes levaram à implementação de uma série de aperfeiçoamentos culturais e tecnológicos que reduzem os riscos de novos acidentes e seus impactos à saúde humana, ao ambiente, à sociedade e à economia. Resalte-se que todo empreendimento tecnológico humano possui um risco associado e, no debate com a sociedade, é crucial que a diferença entre risco e percepção de risco seja apresentada com a máxima clareza.

Todavia, há que se ressaltar que o receio de acidentes teve dois efeitos absolutamente positivos ao setor nuclear: a criação do conceito de “Cultura de Segurança” e de novas tecnologias de prevenção, contenção e mitigação de acidentes e seus efeitos.

Continua na próxima edição

* Professor Doutor na Escola de Artes, Ciências e Humanidades & Núcleo Estudos Interdisciplinares de Sistemas Complexos, Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado (CNPq, 2009) no Reinitz Fly Lab sediado no Dept. de Matemática Aplicada e Estatística e Centro de Medicina Molecular, da Stony Brook University, NY, EUA. Instituto do Câncer do Estado de São Paulo & Depto de Radiologia e Oncologia, Faculdade de Medicina.

** Engenheiro Nuclear aposentado pela EDF, Consultor independente do setor nuclear.